

Com poucos votos se aprova projeto

CORREIO BRAZILIENSE

12 SET 1988

Excêntricos perturbam a Constituinte

Movido por um sentimento de ódio ao Poder Legislativo, e revoltado por não poder participar da elaboração da futura Constituição, o garçom Joany Santos de Souza, baiano, entre outras aventuras saltou da tribuna da imprensa no vazio, caindo em meio às cadeiras do plenário. Esta é uma das histórias paralelas da Constituinte, que registrou, durante seus dezenove meses de funcionamento, a presença de algumas figuras excêntricas.

A primeira vez que Joany resolveu manifestar seu inconformismo, como relatou aos agentes de segurança, foi no dia 28 de março último. Ele chegou ao Congresso às 22h, foi ao plenário da Câmara, e ali permaneceu até as 3 horas da madrugada do dia seguinte. Entrou no plenário arrombando a portapés a porta principal, dirigiu-se à Mesa e começou a destruir o que viu pela frente: derrubou o computador, jogou os microfones no chão, puxou os fios elétricos, derrubou a Bandeira Nacional, violou as mesas de taquigrafia, jogou ao chão cadeiras e outros equipamentos.

Dali, Joany seguiu para o Senado. Chegou ao subsolo, onde estão localizadas as salas de secretarias das comissões, ligou as chaves que iluminam uma delas — a da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção —, forçou a porta, retirou pastas e documentos, jogou-os ao chão. Em depoimento prestado ao Serviço de Segurança do Senado, Joany disse que depois de ler tudo o que lhe deu vontade — na manhã do dia 29 — voltou ao plenário da Câmara.

No dia 15 de abril, o baiano retornou ao Congresso. Ficou escondido no Salão Nobre, mas acabou sendo detido pelos agentes de segurança do Senado.

Antes de Joany, um ex-presidiário também resolveu expressar sua revolta com a situação do País. No início do processo constituinte, ainda na fase das 24 subcomissões, ele entrou em uma sala do Senado, onde estava sendo realizado um debate sobre a Justiça, durante reunião da subcomissão que examinou as garantias da Constituição. Interrompeu o debate, fez um discurso sobre as injustiças sociais no Brasil, contou a sua história e pediu um passaporte para a Nicarágua.

Já no final dos trabalhos da Constituinte, uma figura bastante conhecida decidiu dar o ar da sua graça. Das galerias do plenário, o "Beijoqueiro" mandou beijos aos parlamentares que concluíam, em ritmo acelerado, a votação do projeto constitucional.

Mailson vai depor hoje para a CPI

Porto Alegre — O relator da CPI da Corrupção no Senado, Carlos Chiarelli (PFL), anunciou ontem que a comissão deverá encerrar seus trabalhos no próximo dia 12 de outubro, com seu relatório, indiciando por crime de responsabilidade ministros e ex-ministros de Estado. Ele disse que a CPI encerrará seus trabalhos após a promulgação da nova Constituição já que assim suas conclusões ganham força judicial, encaminhando-as diretamente ao procurador-geral da República para as providências.

A CPI ouve hoje, às nove horas, o depoimento do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Antes do término de seus trabalhos, ainda ouvirá o ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, sobre a aquisição de terras enquanto respondia pelo Ministério da Reforma Agrária, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre o decreto que reajustou a dívida do governo com as empreiteiras.



Passarinho viu os erros

CPIs. O senador lembrou que a limitação não é fruto de decisão dos militares mas surgiu "a partir de sugestões que vinham de quem os militares ouviam". A restrição foi adotada por conselho do ex-deputado Pedro Aleixo.

REGIMENTO

Devido a inovações como estas no texto constitucional, o regimento interno — tanto do Senado, como da Câmara e do Congresso — deverão passar por profundas alterações. Em razão disto, o senador Jarbas Passarinho reúne-se hoje à tarde com membros da Secretaria Geral da Mesa e, em especial, com a ex-secretária da Mesa do Senado, Sara Abraão, a quem Passarinho considera ser uma das maiores regimentalistas. O senador vai iniciar um estudo sobre as alterações que preci-

sam ser adotadas no novo regimento.

Uma de suas propostas refere-se à figura do líder. Passarinho acredita que os líderes precisam retornar à sua capacidade de atuação mas sem exagero. Lembrou que há algum tempo atrás os líderes usavam muito da palavra, esgotando o tempo regimental e isso ocorria, especialmente, devido aos pronunciamentos dos senadores Jamil Haddad (PSB-RJ) e João Menezes "que usavam o tempo todo". Por isso, o primeiro-secretário, senador Jutahy Magalhães adotou uma forma de os líderes somente se pronunciarem após a Ordem do Dia e ainda, assim, uma vez por semana. Isto na opinião do senador Passarinho é ruim e o Senado precisa retomar o seu papel.

Jarbas Passarinho também discorda da existência de um líder que represente uma bancada de apenas um integrante. Ou seja, o líder é líder mesmo. O senador vai sugerir, em compensação, a criação do chamado líder do bloco de parlamentares — esses blocos foram criados no novo texto constitucional que, inclusive, terão asseguradas suas participações nas Mesas e nas Comissões.

Outra inovação que vem sendo estudada por alguns políticos e poderá ser adotada no novo regimento interno é a extinção do chamado pinga-fogo — horário das sessões destinado a comunicados dos parlamentares. Essa medida, segundo o senador paraense, é um problema na medida em que trará reações. Não será fácil acabar com o pinga-fogo, afirma Passarinho, porque há oradores que não abrem mão desse espaço.

Passarinho identifica erros

Fusão de artigos incompatíveis entre si, alteração de dispositivos inexistentes e inserção de matéria nova no projeto constitucional, contra os mandamentos regimentais. Estes são alguns dos erros detectados no trabalho dos relatores da Constituinte, que agora encontra-se sob o exame da Comissão de Redação.

Quem apontou as falhas do texto foi o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS e co-presidente do grupo de redação. Depois de uma leitura preliminar das sugestões encaminhadas pelos relatores, o senador descobriu, por exemplo, que o parágrafo 7 do artigo 31, que o deputado Bernardo Cabral sugere alterar, simplesmente não existe — o último parágrafo deste artigo

é o de número 4. Em outro trecho, é proposta a fusão de dois dispositivos que tratam de assuntos diversos — o inciso 19 do artigo 22 (trata da competência da União para legislar sobre consórcios) e o inciso 14 do artigo 49 (trata da competência do Congresso para indicar membros de tribunais).

Outro aspecto "duvidoso" do trabalho dos relatores, na opinião de Passarinho, é a proposta de alterações de mérito no projeto constitucional, como o acréscimo de palavras ao inciso 9 do artigo 49, com o objetivo de fazer incidir Imposto de Renda sobre os vencimentos do presidente da República e de seus ministros. O senador pedessista acha que nem a relatoria nem a Comissão de Redação têm poderes

para incluir matéria nova no texto aprovado pelo plenário.

Passarinho citou outros exemplos que extrapolariam a área de competência da Comissão. Um deles é a situação dos bens do Distrito Federal, que o plenário "esqueceu" de incluir no projeto e o deputado Bernardo Cabral sugere que seja solucionada pelo grupo de relatores. O segundo ponto é a questão do tabelamento de juros bancários, aprovado como parágrafo pelo plenário e transformado em inciso pela relatoria, passando a exigir regulamentação através de lei complementar. "Tudo isto ainda pode acusar sérios problemas quando o texto for submetido à votação final", teme o senador.

Carta sai e PM fica policiando Congresso

O policiamento ostensivo das áreas externas do Congresso pela Polícia Militar, montado em função da Constituinte, pode continuar mesmo quando o Congresso voltar às suas atividades rotineiras. Esta é a intenção do presidente Ulysses Guimarães, que, segundo o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, pretende propor ao Governo do Distrito Federal a manutenção do convênio.

A presença de 120 policiais militares dia e noite nos estacionamentos eliminou o roubo de veículos além de liberar os 30 seguranças da Câmara que antes faziam este trabalho para reforçar a vigilância interna. Atualmente, os 130 mil metros quadrados de área construída da Câmara são fiscalizados por somente 220 homens, que se dividem em quatro turnos.

— Precisamos de mais um

efetivo desses. Este é o efetivo de quinze anos atrás — queixase o coordenador de segurança da Câmara, Fernando Paulucci. O último concurso para agente de segurança da Câmara foi realizado em 80, com a admissão de 70 novos agentes, mas anualmente aposentam-se cerca de dez funcionários da segurança.

Como todos os concursos para a Câmara ou Senado, o de segurança também é muito cobicho e de costume reunir, entre os aprovados, uma grande parcela de candidatos de nível superior. Estes candidatos prestam o concurso já pensando em conseguir requisição para algum gabinete, onde desempenham outras funções.

A partir de agora, esta não será mais uma boa estratégia. A Mesa da Câmara baixou recentemente uma portaria que obri-

ga o retorno ao departamento de origem de todos os funcionários emprestados aos gabinetes. No caso da segurança, contudo, esta medida não será suficiente para suprir a falta de pessoal. Segundo Paulucci, seu departamento tem hoje apenas dez funcionários emprestados, que devem retornar até o dia 5 de outubro.

— Temos que pensar urgentemente na abertura de um concurso externo, para candidatos homens e mulheres. Precisamos de pelo menos mais 150 agentes masculinos e 50 femininos — afirma Paulucci. Para prestar o concurso de segurança é necessário ter o segundo grau completo e altura mínima de 1,70m no caso de homens. O salário inicial de um agente está, hoje, em torno de 80 mil cruza-

PROCESSO LEGISLATIVO:
PROJETO DE LEI TRANSMISSÃO.